

IDENTIDADE: CONTEXTO SOCIAL E INTERAÇÕES MEDIADAS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Jaqueline Quincozes da Silva Kegler¹

José Marcos Froehlich²

Resumo

Este artigo aborda as implicações do contexto social global e em rede para a noção de identidade, especificamente as relações históricas entre as interações mediadas e os processos de identificação na construção identitária. Inicialmente, articula as características dos contextos sociais, das formas de comunicação e das noções de sujeito frente à concepção de identidade em períodos históricos pretéritos. Em seqüência, ao discutir o processo de identificação, relaciona a perspectiva interacionista com a proposta teórica de McLuhan (1971), a fim de refletir sobre as interações humanas midiaticizadas e a construção identitária contemporânea.

Palavras – chave

Identidade; comunicação social; midiaticização, sujeito.

Abstract

This article discusses the implications of the social and global context to the notion of identity, specifically the historical relations between the mediated interactions and identification processes in identity construction. Initially, articulates the characteristics of social contexts, forms of communication and notions of subject facing the concept of identity in historical past tenses periods. In sequence, to discuss the identification process, the interactionist perspective relates to the theoretical proposal of McLuhan (1971), to reflect about mediaticized human interactions and contemporary identity construction.

Keywords

Identity; social communication; mediaticization; subject.

Introdução

Stuart Hall (2000) aponta que a essência das discussões em torno da temática identidade, em especial na teoria social, relaciona-se com a questão da estabilidade, ou melhor, da estabilidade em declínio, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades fragmentando o indivíduo moderno” (2000, p. 7). O sujeito que era visto como ser unificado passa a ser fragmentado e instável, o que para muitos pode significar uma crise.

A crise da identidade configura-se como um processo amplo de mudança que desloca as estruturas e processos sociais centrais, causando também a transformação nos quadros de referência que davam a aparente estabilidade da vida social (Hall, 2000). O primeiro impulso ao se abordar a temática de identidade é buscar a sua definição e descrição empírica. Em contraponto, aos poucos, percebe-se a dificuldade de apreensão da identidade enquanto um objeto ou fenômeno consistente, visível e passível de análise imediata.

Podemos considerar que a identidade tem sua construção e sentido condicionados a um contexto social e aos meios de comunicação disponíveis. Esta associação é a que fazemos para compreender brevemente a transformação da concepção de identidade até os dias atuais, quando a identidade territorial pode ser utilizada como uma estratégia de desenvolvimento e instrumentalizada a partir de festividades e seus processos de comunicação³.

Consideramos que três períodos diferenciam, pelas suas características históricas, sociais e culturais, o que é reconhecido como identidade. Destes três, os dois últimos são relevantes para o nosso estudo, pois denotam a transição contemporânea da concepção. A segunda fase ocorre entre o século XIX e meados do século XX, já a terceira é marcada pelas transformações econômicas da década de 1970 e ainda está em curso atualmente.

Comparamos estes períodos com os sujeitos propostos por Hall (2000) no entendimento da transformação da identidade. A transitoriedade da identidade é explicada por Hall (2000) a partir das características do sujeito do Iluminismo, que se transforma no sujeito sociológico, chegando até o sujeito pós-moderno⁴. Nestas transformações, em relação à

identidade, “é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas” (Hall, 2000, p. 8), pois o sujeito que possuía uma identidade clara, definida e coerente com seu espaço sociocultural passa a ter, antes mesmo de sua identidade, processos centrais de referência que constroem as identidades deslocadas, flexíveis e com aparência de desordem instável.

O artigo então se desenvolve através da articulação entre as características próprias de cada um dos três períodos, os respectivos meios de comunicação de cada época e as concepções de sujeito relacionadas. Acreditamos que pela conjunção destas informações, temos premissas teóricas que contribuem para a compreensão da identidade, em especial, da sua concepção contemporânea.

1. Contexto social, comunicação e sujeito diante da noção de identidade

Antes dos períodos (posteriores ao século XIX) que serão mais detalhados neste estudo, a identidade foi influenciada pelas transformações que ocorrem até o século XVIII e instituem a sociedade moderna, especialmente quando relacionada à construção e legitimação dos Estados-nação, com o auxílio de publicações impressas, como panfletos e livros, visto que a prensa tipográfica foi criada por Gutenberg por volta do ano 1440.

Inicia-se a relevância dos meios técnicos de comunicação como produtores e disseminadores de formas simbólicas, mediando a cultura e construindo identidades nacionais. Nesta época ocorre a Reforma Protestante que se baseia em estratégias de comunicação para consolidar-se e configura-se como principal exemplo de apropriação dos meios de comunicação do período. A produção era incipiente e o consumo era limitado a uma elite culta e dominante. O caráter comercial que potencializa o poder simbólico dos meios e amplia seu acesso só é definido mais claramente a partir do século XIX (Thompson, 2008).

O primeiro período relaciona-se ao sujeito do Iluminismo, o qual reflete a suposta unicidade da pessoa humana e a sua capacidade de razão, de consciência e de ação estabelecida em seu centro interior, que nascia com o indivíduo e não se modificava no decorrer dos anos, “o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (Hall, 2000, p. 11). O Iluminismo⁵ considerava o progresso dependente de uma ruptura com a

história e com a tradição, além disto, não reconhecia a multiplicidade de sistemas divergentes de representação, ideias predominantes até a Primeira Guerra Mundial (1918), mesmo com a existência de formas simbólicas “marginais”. Baseados em instrumentos funcionais, como mapas e cronômetros, os iluministas definiam fronteiras e limites de propriedade. Paradoxalmente, havia uma visão totalizante do globo e uma apreciação, pelo sujeito absoluto, das peculiaridades dos povos (Harvey, 2010).

De acordo com Harvey (2010) o sujeito fragmentado surge no lugar da alienação. Pois o sujeito alienado necessário ao projeto do Iluminismo não é mais condição para a busca de um futuro alternativo, já que o pluralismo de respostas possíveis diante de um questionamento foi reconhecido em contraponto ao caminho linear e absoluto e a um único modo de representação. Enfim, a sociedade neste período baseava-se na estabilidade da identidade do eu e em sua unidade, sendo que, sem meios de comunicação que estimulassem a produção de formas simbólicas múltiplas e com transmissão e difusão generalizada, as representações eram concebidas como homogêneas e absolutas.

O segundo período ocorre entre o século XIX até, aproximadamente, a Segunda Guerra Mundial, sendo acompanhado pelo desenvolvimento do Estado-nação como concebemos hoje, fruto de um longo processo que perpassa séculos de transformações. Seu delineamento mais claro ocorre no século XX. A relevância deve-se à necessidade do Estado em desenvolver a identidade nacional e promover o sentimento de pertença em seu povo, para assim, se estruturar.

A formação dos estados modernos, tanto na Europa quanto em outras regiões do mundo, foi entremeada de muitas e complexas maneiras com a criação de símbolos e de sentimentos de identidade nacional. O estabelecimento de um estado forte geralmente precedeu a formação de um forte sentido de identidade nacional dentro de suas fronteiras - algo que permaneceu, de qualquer maneira, uma questão profundamente disputada e inapreensível da vida política moderna. Identidade nacional poderia ser definida grosso modo como um sentido de pertença a uma pátria ou a uma nação particular, partilhando

direitos, deveres e tradições comuns. Como muitos estados modernos nasceram de forçada incorporação de populações diversas em unidades territoriais contestadas, um sentido claro de identidade nacional raramente esteve presente nas primeiras fases da edificação do estado (Thompson, 2008, p. 52).

A ideia de identidade existia como uma ficção solidificada em um fato diante da crise de pertencimento ou da necessidade do sentimento de pertencimento; assim, a realidade é construída mediante a ideia imaginada. Entendemos que, em seu princípio, enquanto identidade nacional, a identidade foi inventada pelo Estado e consolidada pela nação, ou seja, pelas pessoas que constituem este Estado-nação. Assim, “se o Estado era a concretização do futuro da nação, era também uma condição necessária para haver uma nação proclamando - em voz alta, confiante e de modo eficaz - um destino compartilhado” (Bauman, 2005, p. 27); porém, para proclamar era preciso a partilha deste desejo, muitas vezes alcançada com o auxílio dos meios e ações de comunicação social.

Conforme referencia Thompson (2008), Benedict Anderson (2006) afirma que o desenvolvimento da imprensa foi como uma das condições para a emergência da consciência nacional. A invenção e a manutenção do sentido identitário de nação trazia benefícios aos governantes políticos do Estado, pois dava visibilidade a um “estado nacional consolidado”, o que, de certa forma, o protegia e o afastava de manifestações e intenções separatistas, ao mesmo tempo em que poderia facilitar a mobilização para fins militares, por exemplo. Consideramos que a constituição da identidade *estado nacional consolidado* teve como aporte necessário o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa⁶ pioneiros, ou seja, a imprensa, a qual permitia que as novas ideias e os símbolos fossem expressos e difusos através de uma linguagem comum à pluralidade dos grupos sociais.

Neste período, o desenvolvimento dos meios de comunicação resulta na constituição da imprensa periódica em bases comerciais, em especializações dos meios e seus conteúdos, os quais passaram a ser direcionados a públicos determinados. Os periódicos eram vendidos por ambulantes e também disponibilizados em cafés, o que fazia com que o número de leitores fosse bem maior do que a sua tiragem. Neste contexto emerge

a censura, pelo Estado e Igreja que viam seu domínio simbólico ameaçado, ao lado de ideais de liberdade de imprensa. No final do século XIX a liberdade de imprensa já era direito previsto em constituições de alguns estados ocidentais (Thompson, 2008).

De acordo com Harvey (2010), até a década de 1970, período de expansão do pós-guerra, a base do capitalismo era o conjunto de práticas de controle do trabalho através de tecnologias de produção e hábitos de consumo. O modelo do sistema era o fordista, preconizado por Henry Ford que pregava que a produção em massa dependia do consumo em massa. O modelo fordista começa com ênfase na produção, único fator de que dependia o consumo. Em seguida, com o aumento da concorrência alia a produção à comunicação voltada para as vendas, porém, o fordismo não consegue alcançar o foco no público, perspectiva que só é exercida a partir do modelo de acumulação flexível.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o fordismo se fortalece e ganha status de modo de vida, em que o mais importante era o consumo em massa de produtos com ênfase estética, até mesmo, produtos culturais passam a ser reconhecidos como mercadorias. A fragilidade do fordismo aumenta na medida em que uma minoria era beneficiada por sua lógica, aumentando assim as desigualdades e tensões sociais. As contraculturas estabelecidas como movimentos sociais nos anos de 1960 refletem o descontentamento com o *progresso* baseado no fordismo.

Nas relações de consumo fordistas, a identidade denota estabilidade e homogeneidade, ou seja, considerava-se o consumidor como massa uniforme, capaz de comprar baseado apenas nas condições do produto e da venda, sem avaliar seus anseios e necessidades pessoais. A concepção de comunicação de massa era usual e não com o significado apresentado por Thompson (2008) de difusão generalizada, e sim, pela caracterização do público como um conglomerado, um grupo amplo e genérico de consumidores.

Os meios de comunicação correspondentes à época são o jornal impresso, o rádio e a televisão, a qual surge na primeira metade do século XX e, aos poucos, populariza-se, tendo ampla disseminação somente após a Segunda Guerra Mundial. A televisão constitui-se como o meio de comunicação que conduz à transição do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível e também à transição entre os sujeitos sociológico e pós-moderno.

Antecede e contempla o período de transição e o auge da televisão como meio de representação social, a emergência do interacionismo simbólico. Os interacionistas simbólicos adotam uma visão interativa dos relacionamentos em suas dimensões sociais, preocupados com o modo como o eu é apresentado em diferentes situações e como o conflito entre papéis é negociado. No entanto, críticos alegavam que os interacionistas mantinham algo do dualismo de Descartes, “especialmente em sua tendência de construir problema como uma relação entre duas entidades conectadas, mas separadas: o indivíduo e a sociedade” (Hall, 2000, p. 33).

Simultaneamente ao desenvolvimento da abordagem interacionista, surgem movimentos estéticos e intelectuais que apontavam para o que iria acontecer com o sujeito sociológico na pós-modernidade. O sujeito sociológico, que pode representar as transições culturais e econômicas até, aproximadamente, a metade do século XX, traz a emergente complexidade do mundo moderno e a “consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente” (Hall, 2000, p. 11), mas era formado em relação aos outros sujeitos através das mediações de sentido.

Essa concepção é a que conduz a relação entre identidade territorial e comunicação social, e a nossa intenção de compreender os processos mediados como construtores de identidade. Nesse sentido, os interacionistas simbólicos incluem a interatividade das relações, porém os meios de comunicação e os suportes tecnológicos ainda não são considerados nesses estudos. Neste trabalho, incorporamos os meios de comunicação às interações sociais articulando os pressupostos interacionistas com a teoria de Marshall McLuhan (1971).

Esse posicionamento deve-se ao fato da concepção da identidade e do eu na perspectiva interacionista ser a concepção sociológica clássica da temática, ou seja, a identidade é formada através da interação entre o eu e a sociedade. Porém, como afirma Hall (2000, p. 11), nessa perspectiva o sujeito continua com um núcleo interior que é o seu *eu real*, mas este é formado e modificado através de um diálogo contínuo com os mundos culturais externos e as identidades que esses mundos promovem.

Ainda, no enfoque de sujeito sociológico, a identidade serve como elo entre o mundo individual e o ambiente, ou entre o pessoal e o público, o sujeito e a estrutura, e teria um caráter de certo modo estável. Pois, conforme afirma Hall (2000), estabilizaria tanto os

sujeitos quanto os mundos culturais, supostamente tornando ambos mais unificados e predizíveis. No entanto, o autor ressalta que é exatamente essa estabilidade que está mudando, pois o sujeito fragmenta-se em identidades, às vezes até *contraditórias ou não resolvidas*, constituindo o que denomina sujeito pós-moderno, pois as identidades, que asseguram certa “conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da cultura”, sofrem as mudanças estruturais e institucionais, tornando-se mais provisórias e variáveis (Hall, 2000, p. 12).

As identidades múltiplas são possíveis a partir do momento em que as sólidas localizações em classes, etnias, gênero e nacionalidade, próprias da fase social ditada pelo capitalismo fordista, passam a transformarem-se em paisagens fragmentadas, plurais e híbridas. Os rótulos estanques de representação podem unir-se em função de uma nova identidade, agrupando o que antes era distanciado pela classificação e estabilidade. Com base em Bauman (2005), entendemos que o questionamento acerca da identidade só emerge quando essas referências sólidas deixam de existir sozinhas, passam a ter referências concorrentes e que estão disponibilizadas nas estantes do cotidiano social à disposição dos sujeitos para construir a sua identidade pessoal ou coletiva.

Diante disto, a televisão exerceu papel preponderante para a viabilização da prática pós-moderna. Harvey (2010) considera que a televisão deve ser vista como produto do capitalismo avançado, ou seja, situa-se no contexto de promoção de cultura do consumismo, produção de necessidades e desejos e até mesmo mobilização dos desejos. Pela televisão, novas referências são representadas, visibilizadas e disponibilizadas para apropriação como um novo elemento de consumo e de identificação do sujeito pelo seu uso.

Há uma pluralização das formas simbólicas, a qual é impulsionada pelo aumento da sua produção e do seu consumo, derivados da emergência dos meios de comunicação social, em especial nesta época, dos meios com difusão generalizada de formas simbólicas. A isto, agrega-se a fragmentação da arte e sua integração à cultura popular, de forma que esta integração passa a conquistar espaços de visibilidade pública, como as praças públicas ou mesmo em apresentações midiáticas. Estes elementos atuam como um impulso ao cenário pós-moderno, pois a história, a tradição e a herança, aos poucos, são acionadas pelos seus valores econômicos; o que caracteriza o terceiro período definido a

partir da década de 1970 em que à indústria de produtos congrega-se à *indústria da herança* (Harvey, 2010).

Entendemos que a fascinação pela diferença e o reconhecimento da alteridade emergem a partir dos anos 1960 de forma mais clara através do que Harvey (2010) considera como sendo os movimentos antimodernos, especialmente os de 1968, que, na verdade, posicionavam-se contra a alta cultura modernista. Como afirma Harvey (2010, p. 44) “foi quase como se as pretensões universais da modernidade tivessem, quando combinado com o capitalismo liberal e o imperialismo, tido um sucesso tão grande que fornecessem um fundamento material e político para um movimento de resistência”.

É no período pós 1960 que emerge o pós-modernismo caracterizado pela aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico, porém, sem tentar mudá-los como o modernismo tinha pretensão. Tanto o modernismo como o pós-modernismo são respostas, em grande medida, respostas estéticas, a condições de modernidade, as quais são produzidas por um processo de modernização (Harvey, 2010). Ao compreendermos a natureza da modernização, que para Harvey (2010) ancora-se na transformação do capitalismo fordista para o capitalismo de acumulação flexível, podemos inferir que o pós-modernismo é uma reação diferente do modernismo às transformações do capital, pautando-se pela produção de mercadorias regida pela inovação estética, o que é exigido pelo modelo capitalista vigente.

Harvey (2010) propõe que a partir do final do século XX começa a operar uma transformação na economia e na política do capitalismo. O autor relata os eventos ocorridos a partir da Segunda Guerra Mundial, dentre eles a recessão econômica de 1973, como propulsores desta transformação: do capitalismo de modelo fordista para o capitalismo de modelo de acumulação flexível. O segundo modelo firma-se como referência na década de 1980, caracterizado especialmente por: flexibilidade, mobilidade, novos setores, compressão espaço-tempo e inovação em comunicação e transporte. Conforme Harvey (2010, p. 148):

[...] a acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de

necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (Harvey, 2010, p. 148).

Nesse contexto, a globalização, na forma de acumulação flexível e da estratégia de criação de nichos de mercado, explora e estimula a diferenciação local, por isso, pensamos em uma articulação entre o global e o local. Podemos escolher *ser nação, ser local, ser e construir um território*, e mais do que isso, podemos gerenciar sentidos de identidade, o que depende do polo em que nos encontramos, enquanto atores e instituições sociais, e dos recursos disponíveis que podemos mobilizar. Porém, tudo isso está diante da mercadificação da cultura e da etnia (Harvey, 2010), e do nosso poder diante da lógica do capital, que neste estudo é representado pela mediatização.

A disputa é inerente ao processo de construção identitária e, como afirma Bauman (2005, p. 44) “a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras”. A partir de Bauman (2005), entendemos que existem dois polos na hierarquia global emergente: a) um caracterizado pela capacidade de atores e instituições sociais de articular e desarticular identidades mais voluntariamente, escolhendo os elementos que lhes são mais benéficos; b) o outro caracterizado pela incapacidade ou pelo não acesso aos meios que lhes possibilitariam o exercício da capacidade de escolher sua identidade. Assim, tendo seus direitos de escolha e manifestação das suas preferências negadas, “se vêm oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros - identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar” (Bauman, 2005, p. 44).

Se apreciarmos a existências desses dois polos, podemos inferir que os discursos estão visíveis em sistemas de representação sociais, a identidade é inventada por atores e instituições que possuem acessos aos dispositivos que lhe garantem a construção, a disseminação e a manutenção identitária. Acrescentamos elementos definidores da atuação nos polos: 1) a capacidade e o interesse em mobilizar os meios; 2) a capacidade

e o interesse de mobilizar conhecimento, em prol de uma identidade, visto que é possível estarmos no polo capaz de articular identidades e possuir acesso aos meios e recursos necessários para isso, mas não possuímos interesse e motivação para mobilizá-los na construção identitária.

Além de tais polarizações, devemos considerar o que Harvey (2010) propõe diante da impossibilidade de estarmos fora da lógica do modelo de acumulação flexível de capital, pois, mesmo nas diferenciações identitárias como resistências *o capital continua a dominar*. Para o autor, as alteridades regionais, próprias do pós-modernismo, podem surgir em locais específicos, “mas, com muita frequência, estão sujeitas ao poder que o capital tem sobre a coordenação do espaço fragmentado universal e da marcha do tempo histórico global do capitalismo, que está além do alcance de qualquer delas” (Harvey, 2010, p. 218). Portanto, a lógica da globalização, a que se refere Hall (2000), implica a lógica do capital e, também, a lógica da mediação. São dinâmicas que coexistem e delimitam os processos sociais atuais.

Essas polarizações e a flexibilidade com que são dinamizadas refletem no sujeito desse período. Compreendemos que o sujeito pós-moderno proposto por Hall (2000) é produto do modo capitalista de acumulação flexível. Pois, como propõe Harvey (2010), a busca de uma identidade pode estar pautada pela insegurança e instabilidade própria da condição pós-moderna, além disso, é no momento em que as barreiras de sentido são extrapoladas que as pessoas passam a ter novos elementos para a identificação.

Ainda, o que Bauman (2005) propõe em relação à identidade líquida, referente à fluidez das identidades da contemporaneidade, corresponde ao que Hall (2000) define como as identidades impulsionadas pelo sujeito pós-moderno. Bauman (2005, p. 25), afirma que a pergunta “Quem é você?” tem sentido somente se a pessoa a quem dirigimos a questão acredita que possa ser outra coisa além do que é: “[...] só se você tem uma escolha, e só se o que você escolhe depende de você; ou seja, só se você tem de fazer alguma coisa para que a escolha seja ‘real’ e se sustente”.

A identidade torna-se uma *celebração móvel*: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 2000). Entendemos, a partir disso, que ao contrário de uma identidade unificada, somos cercados de múltiplas identidades possíveis, as quais

ainda são mutáveis, devido à evolução e multiplicação dos sistemas de significação e representação cultural, como os próprios processos de mediação.

Diante das descentrações do sujeito, temos que o sujeito contemporâneo é fragmentado frente a suas identidades. Bauman (2005) opõe a construção da identidade à lógica do quebra-cabeça, pois não segue um objetivo já definido como o jogo referido, afirma que na construção da identidade o trabalho concentra-se nos meios.

Não se começa pela imagem final, mas por uma série de peças já obtidas ou que pareçam valer a pena ter, e então se tenta descobrir como é possível agrupá-las e reagrupá-las para montar imagens (quantas?) agradáveis. Você está experimentando com o que tem. Seu problema não é o que você precisa para chegar lá, ao ponto que pretende alcançar, mas quais os pontos que podem ser alcançados com os recursos que você já possui, e quais deles merecem os esforços para serem alcançados (Bauman, 2005, p. 55).

A escolha e a ligação das *peças*, ou dos fragmentos, dispostos para a construção identitária, da mesma forma que os dispositivos discursivos utilizados para sua visibilidade e reconhecimento, ou seja, a *valorização como os meios que valem a pena agrupar*, são pautados por relações de poder, nem sempre explícitas. Mas, como ressalta Bauman (2005, p. 83) “a identidade - sejamos claros sobre isso - é um ‘conceito altamente contestado’. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha”. Entendemos que o jogo de poder é manifestado conforme o contexto social e político de uma comunidade, influenciando, assim, nas escolhas das estratégias de representação daquele dado tempo e espaço social e cultural. Houve, conforme Bauman (2005), uma proliferação dos campos de batalha dos sentidos que buscavam o reconhecimento das identidades. Podemos inferir que nessa luta por reconhecimento instituiu-se a estratificação que diferencia grupos.

Diante dessa pluralidade, há pontos de vista que consideram o hibridismo e a fusão de elementos culturais diferentes, ou até antagônicos, em um só elemento, continuando

perceptíveis alguns traços originários, como fonte criativa de construção de novas formas de cultura, mais adequadas ao contexto atual. Entretanto, pontos de vista contrários alegam que esse hibridismo tem seus *perigos*, em especial devido ao relativismo que implica.

No processo de construção identitária a apropriação do sentido⁷ e sua disseminação são difusas e generalizadas, de difícil apreensão diante das contradições próprias das relações globais de interesses múltiplos. Na construção identitária, aliada ao jogo de poder, pautado pelas diferenças, encontra-se a representação que cada campo ou ator social possui acerca do tempo e espaço contemporâneo e os dispositivos que possuem para atuarem neste contexto. Conforme Hall (2000) afirma, o tempo e o espaço são as coordenadas básicas dos sistemas de representação.

O tempo e o espaço atual têm como principal sistema de representação a mídia e suas adaptações frente à tecnologia e à difusão dos meios. Então, as instituições e sujeitos possuem a prerrogativa de adaptarem-se ao sistema atual de representação, combinando os três aspectos: tempo, espaço e sistema de representação. Assim, como a “identidade está profundamente envolvida no processo de representação” a moldura maleável das relações entre tempo e espaço “têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (Hall, 2000, p. 71).

A relevância do tempo e do espaço em relação ao processo de representação contemporâneos apresentada por Hall (2000) é tema da obra de Harvey (2010) *A condição pós-moderna*. A tese de Harvey (2010) baseia-se no fato de que, a partir da década de 1970, consolidaram-se mudanças significativas nas práticas culturais, políticas e econômicas ocasionadas por novas formas dominantes de experimentar o espaço-tempo. O autor designa três fatores inter-relacionados que impulsionam tais mudanças: a) a ascensão de formas culturais pós-modernas, b) a emergência de modos flexíveis de acumulação e, c) o novo ciclo de compressão do tempo-espaço⁸ na organização do capitalismo. Sendo que os dois últimos fatores são fundantes do primeiro fator, a ascensão cultural pós-moderna. Diante disto, defende que o que há não é uma nova sociedade pós-industrial e sim, uma nova condição cultural e histórica, a condição pós-moderna.

Atualmente, a valorização da estética pode ser observada em perfis de pessoas e organizações em redes sociais que utilizam como recursos elementos identitários fugazes. Blogs, sites e mídias sociais, refletem, em certa medida, os fluxos simbólicos culturais frente ao consumismo global que possibilita a existência de identidades compartilhadas, como *consumidores* para os mesmos bens, *clientes* para os mesmos serviços, *públicos* para as mesmas mensagens e imagens - entre pessoas que estão distantes umas das outras no espaço e no tempo. Entretanto, as mídias digitais contemporâneas não representam apenas uma extensão da lógica de representação gerida pela televisão a partir da década de 1950. Entendemos que as mídias ancoradas na internet incorporam as lógicas de outros meios e as transformam devido às peculiaridades das interações que, através dela, podem ser estabelecidas, devido ao seu potencial de interatividade, hipermedialidade e multimedialidade⁹.

Simultaneamente, é possível reconhecer indícios de identidades fragmentadas e até contraditórias concentradas em uma mesma pessoa. Como afirma Hall (2000, p. 75):

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas, desalojadas - de tempos, lugares históricos e tradições específicos e parecem 'flutuar livremente' (Hall, 2000, p. 75).

Mesmo em espaço geográfico de proximidade, as identidades são desvinculadas e transformadas, o que exige que seus índices e signos de representação de um território, como marcas, cores, símbolos, estejam sempre disponíveis aos olhos dos cidadãos e consumidores, seja através de um banner, de um fôlder, ou até mesmo de um guardanapo utilizado nas refeições de um evento gastronômico. Nesta perspectiva concordamos com Hall (2000), ao considerar que pensar em homogeneização de identidades nacionais é simplista e exagerado, pois consideramos que há um contramovimento marcado pela fascinação à diferença, pela mercantilização da etnia e pela alteridade, dentro de espaços menos globais e menos distantes entre si, como é o caso de

municípios que escolheram, estrategicamente, ser representados como um grupo que constitui um território.

De acordo com Hall (2000) uma nova identidade pode ter caráter político, *caráter posicional e conjuntural* (sua formação em tempos e lugares específicos), de forma que a identidade e a diferença sejam articuladas em outra identidade, sem que uma anule completamente a outra. Como vislumbra o autor, estão surgindo identidades culturais que não são fixas, e sim “suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado” (Hall, 2000, p. 88).

A articulação do local contemporâneo em identidades construídas não deve ser confundida, como propõe Hall (2000), com as velhas identidades definidas geograficamente e culturalmente.

Este local não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais (Hall, 2000, p. 78).

A visibilidade das novas identificações globais e locais depende do grau de habilidade dos atores e instituições sociais para atuar no jogo discursivo, de apropriar-se dos dispositivos tecnológicos que funcionam como suportes para o discurso e também de compreender a lógica da cultura e da identidade, enquanto uma forma simbólica mercadificada. Entendemos que sem o exercício dessas habilidades e acesso, é possível a exclusão do “espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas” (Bauman, 2005, p. 46). Ainda, ressalta o autor que “a sociedade deseja apenas que você continue no jogo e tenha fichas

suficientes para permanecer jugando” (2005, p. 58), sendo papel do Estado, nos dias atuais, fornecer a liberdade e os recursos para que as comunidades mantenham-se localmente através dos recursos globais. E o jogo pode implicar, também, em deixar o território mais atrativo ao fluxo do capital.

Diante do exposto, compreendemos que há diferenças significativas da prática comunicativa na construção identitária diante das condições, se moderna ou pós-moderna, visto que as formas de interação e de visibilidade proporcionadas pelos diferentes meios modificam os processos de identificação e também de construção identitária. Entretanto, é importante salientar que as condições e as práticas comunicativas não são substitutas umas das outras, e sim propulsoras, complementares e inter-relacionadas. A relevância da estética e da imagem atinge a construção identitária em todas as épocas e, com primazia, na sociedade contemporânea, onde as interações que as constroem são otimizadas pelas possibilidades tecnológicas que possibilitam a multimedialidade, integrando as peculiaridades de cada meio em um único suporte, ou seja, através da internet podemos articular a imagem, o texto e o som em mensagens interativas. O embasamento desta reflexão é tema da próxima seção.

2 Interações mediadas e processos de identificação

A identidade é revelada na sua própria invenção e não na sua descoberta (Bauman, 2005). Então, o estudo sobre identidade a que nos propusemos tem como alvo os processos de identificação que permeiam a construção de algo que é tratado, em discursos e comportamentos de atores sociais. O processo de identificação estrutura-se a partir das interações e seus meios propulsores. Em termos pragmáticos, podemos considerar que a identidade é:

[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social (Castells, 2006, p. 22).

Esse processo de construção é estabelecido a partir de relações comunicativas do sujeito construtor da identidade e seus sentidos. A diversidade de elementos identitários disponíveis nas esferas de representação e visibilidade contemporâneas atribui tanto à identidade, como ao sentimento de pertencimento, um caráter vulnerável à negociação e aos interesses envolvidos no processo de identificação¹⁰ (Woodward, 2009).

Ao pautar a análise das identidades contemporâneas, podemos dizer que a identidade se constitui na negociação de significados entre atores sociais, os quais, muitas vezes, unem-se em função de um objetivo comum (projeto, legitimação ou resistência). De posse dos significados que se quer negociar, partem conscientemente à construção identitária. Esta construção depende amplamente de dispositivos tecnológicos, enquanto meios de comunicação, e sua apropriação para uso estratégico na construção de sentidos através da visibilidade midiática. Logo, a constituição da identidade exige o *estar visível* em meios de comunicação a partir de interações sociais.

As interações sociais são intrínsecas e qualificadoras da humanidade; transformam-se conforme as demandas humanas e, ao buscar ultrapassar as barreiras temporais e espaciais, evoluem e se complexificam. O interacionismo simbólico foi propulsor do entendimento da comunicação como um processo não linear, visto que, até a década de 1960 o campo da comunicação tinha como referência dominante a *Teoria Matemática da Comunicação* ou *Teoria da Informação* de Claude Elwood Shannon e Warren Weaver¹¹ (Mattelart; Mattelart, 2004).

Esta teoria¹² considerava a comunicação como um processo linear de envio e recebimento de informações sem levar em conta as intencionalidades e a influência dos meios em seus contextos sociais, sendo um dos seus objetivos a quantificação da informação. A teoria da informação ocupou lugar central a partir dos anos 1940 e baseava-se nas máquinas de comunicação e na informação como um dado quantitativo e calculável num cenário de guerra. Em contraponto e também a partir dos anos 1940 “um grupo de pesquisadores americanos provenientes de horizontes tão diversos [...] tomam rumo inteiramente contrário ao da teoria matemática [...] em vias de se impor como dominante” (Mattelart, Matellart, 2004, p. 67). Reconhecido como *colégio invisível* a Escola de Palo Alto¹³ iniciada em 1942 trabalha a partir de um modelo circular retroativo da comunicação e integra-se à perspectiva teórica já em andamento nesta época: o interacionismo simbólico, fundado entre 1893 e 1931, que se caracterizava

como uma corrente de estudos liderada pelo professor George Herbert Mead (1972), da Universidade de Chicago.

A Escola de Palo Alto contribuiu significativamente para uma teoria sobre os processos de comunicação como interações, mas foi reconhecida apenas nos anos 1980, com a crise dos modelos macrossociológicos que emergiram nos anos 1960 através de Erving Goffman, sociólogo com doutoramento pela Universidade de Chicago, que retomou estudos acerca do interacionismo simbólico, tendo como motivador os estudos de Georg Simmel¹⁴, sociólogo alemão.

Goffman (2001) afirma que as interações possuem suas regras próprias, as quais são externas aos indivíduos. Assim, há uma valorização da relação interdependente entre indivíduo, meio e seus pares, no qual cada comportamento individual é afetado pelo comportamento dos outros e a interação é uma série complexa de mensagens entre as pessoas. Consideramos que os estudos de Goffman (2001) acerca das interações têm suas bases na proposta de George Mead (1972) e seus seguidores, os quais tinham como princípio a compreensão da conduta humana sob um olhar social.

A emergência do caráter interpretativo dos fenômenos sociais ocorreu em 1937, após a denominação da corrente como *Interacionismo Simbólico*, atribuída pelo sociólogo Herbert Blumer, ex-aluno e seguidor de George Mead. A corrente estruturava-se na inter-relação entre psicologia e sociologia, sendo por meio da convergência entre indivíduo e sociedade que ocorre a comunicação. O processo interativo é estabelecido na relação entre atores sociais, os quais são mutantes, redefinem-se ininterruptamente, socializam-se nos processos interativos, possuem aptidões para selecionar estímulos, atribuir significados, interpretar conjunturas e emitir avaliações sobre si e sobre os outros (Blumer, 1969).

Assim, “nessa visão circular da comunicação, o receptor tem um papel tão importante quanto o emissor” (Mattelart; Mattelart, 2004, p. 68). Ao basearem-se em premissas sistêmicas os pesquisadores da Escola de Palo Alto tinham três hipóteses:

A essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais (os elementos contam menos que as relações que se instauram entre eles). Todo comportamento humano possui

um valor comunicativo (as relações, que se respondem e implicam mutuamente, podem ser concebidas como um vasto sistema de comunicação); observando a sucessão de mensagens situadas no contexto horizontal (a sequência de mensagens sucessivas) e no contexto vertical (a relação entre os elementos e o sistema), é possível deduzir uma lógica da comunicação (Mattelart; Mattelart, 2004, p. 68).

Esta corrente de estudos interessa-se pelos gestos e pelos espaços interpessoais onde ocorrem as interações. O interacionismo simbólico considera as interações humanas constituintes do social, dos comportamentos, das significações e das materialidades. Ou seja, o contexto é tão ou mais importante que o conteúdo das interações. A visão interacionista valoriza o empirismo e considera cada fenômeno único, visto que a comunicação se dá na interação indivíduo-sociedade, sendo nesta relação que ocorre a atribuição de sentidos e de investimentos simbólicos de acordo com a realidade dada e com o repertório dos sujeitos envolvidos (Kegler; Fossá, 2010). Podemos considerar que é esta mesma interação que produz as identidades em jogo, através das peças simbólicas disponíveis e postas em cena.

A circulação de formas simbólicas possui uma função essencial e crescente, é uma característica onipresente na vida que assume novos contornos frente aos meios técnicos de produção, de reprodução e de circulação das informações (Thompson, 2008). A emergência dos meios técnicos impulsionam novas formas de interações e transformam seu papel diante das demandas sociais (Kegler; Fossá, 2010). Assim, ao articularmos a ênfase no contexto, própria da perspectiva interacionista, com a ênfase nos meios de comunicar, própria da Teoria do Meio, podemos visualizar as interações sociais contemporâneas, em que os processos de comunicação *mediatizados* constituem e condicionam a nossa *ambiência* (Sodré, 2002).

Inicialmente, através das interações sociais face a face, havia o intercâmbio de formas simbólicas a partir de um ambiente físico compartilhado. Aos poucos, as interações foram incorporando, às suas possibilidades de realização, novos meios tecnológicos que, a cada dia, possibilitam a interação com os multisentidos sensoriais, especialmente através do som, do texto e da imagem, de forma mais qualificada, mesmo que de forma

mediada. Debido à ampla influência que os meios exercem sobre as interações, a midiaticização atua como um fluido que permeia todos os elementos que interagem e seus processos sociais.

A construção das identidades ocorre através de interações sociais. Na sociedade contemporânea as interações, em grande parte, são estabelecidas através dos meios de comunicação, entre eles, as tecnologias de informação e comunicação. A combinação entre o Interacionismo Simbólico e a Teoria do Meio tem o propósito de contemplar esta relação. Consideramos que esta Teoria, de Herbert Marshall McLuhan (1971), pode representar uma transição do paradigma matemático informacional às formas de comunicação midiaticizadas, as quais integram tanto as interações simbólicas como o meio técnico. McLuhan (1971) propôs as noções de *aldeia global* e *o meio é a mensagem*, as quais agem como metáforas para a análise das transformações da sociedade e suas imbricações com a tecnologia.

A passagem de teorias ligadas ao consumo de massa associado ao modelo fordista é marcada por teorias que remetem à globalização da sociedade. O conceito de sociedade de massa, a partir do final dos anos 1960, “perde esse estatuto de exclusividade: recebe novas denominações para caracterizar a sociedade trabalhada pelas tecnologias da informação e da comunicação [...]. O global ingressa na representação do mundo pelo viés da comunicação eletrônica” (Mattelart; Mattelart, 2004, p.126).

A audiência passa a viver e participar dos acontecimentos eletronicamente disseminados, e porque não, midiaticamente construídos. A perspectiva de McLuhan (1971) tem como objeto o meio de comunicação em si, sem estabelecer a relação entre os meios de comunicação e as interações entre os sujeitos, buscando compreender como um novo meio modifica as formas de acesso a informações e reformula a cultura. O interacionismo simbólico, por sua vez, possui como objeto de estudo o comportamento humano e social, dando pouca relevância aos efeitos desses meios nas interações e preocupando-se em descrever situações e comportamentos, conforme características individuais e contextuais de cada um, que são construídas conforme o acesso à informação e ao conhecimento.

Na sociedade midiaticizada, a análise dos meios e a análise dos comportamentos se entrecruzam e estabelecem a cultura e os fenômenos de comunicação social. Os meios

modificam os comportamentos e os comportamentos modificam os meios; é um processo cíclico e constante. Thompson (1995) afirma que a própria transmissão cultural e a troca de formas simbólicas são fenômenos sociais, sendo que se estabelecem por meio da combinação de três modalidades: o meio técnico, o aparato institucional e o distanciamento espaço-temporal.

Considerações finais

O desenvolvimento tecnológico dos meios intervém na construção identitária, visto que promove a transformação das formas tradicionais de comunicar e também a incorporação de novas formas. Essa evolução é um fenômeno cultural gerenciado pela comunicação social ancorada nas aspirações humanas. Há uma ligação entre o avanço tecnológico, a emergência de meios de comunicação e as relações sociais e culturais, de forma que os novos meios e interações coexistem com seus predecessores.

Compreendemos que os meios técnicos são partes materiais de produção, reprodução e transmissão das formas simbólicas; o aparelho institucional de transmissão é o conjunto peculiar de articulações institucionais, no qual o meio técnico é planejado e os indivíduos da codificação e decodificação estão inseridos com capacidade de projetar, planejar e organizar comportamentos e situações a partir do seu repertório e dos seus interesses. Assim, a cultura e seu processo de construção definem-se simultaneamente pelos meios, pelos comportamentos e pelas interações. Além de mudar o sentido de espaço e de tempo, os meios são capazes de criar novos ambientes sociais. Os sentidos são construídos socialmente através de interações, predominantemente *mediatizadas*, e carregam as disputas, conflitos e polifonia da sociedade.

Referências bibliográficas:

- ARRUDA, J.; PILETTI, N. (2009). *Toda a história: História geral e História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Ática.
- BAUMAN, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BLUMER, H. (1969). *Symbolic interactionism: perspective and method*. Berkeley: University of California Press.
- CASTELLS, M. (2006). *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2v.
- CORRÊA, E. S. (2005). Comunicação Digital: uma questão de estratégia e de relacionamento com os públicos. *Revista Organicom*. São Paulo, ano 2, nº3.
- FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do poder*. Org e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.
- GOFFMAN, E. (2001). *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 9. ed.: São Paulo, Vozes.
- HALL, S. (2000). *A identidade cultural na pós modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- HARVEY, D. (2010). *Condição Pós-Moderna*. 20ª Ed. São Paulo, SP: Loyola.
- KEGLER, J. Q.S.; FOSSÁ, M.I. T. (2010). Comunicação social e relações públicas sob um olhar complexo: articulações teóricas preliminares. In: *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 23, p. 133 -148, julho/dezembro.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. (2004). *História das teorias da comunicação*. 7. ed. São Paulo, SP: Loyola.
- McLUHAN, M. (1971). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix.
- MEAD, G. H. (1972). *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- MORAES FILHO, E. (org.). (1983). *George Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática.
- SODRÉ, M. (2002). *Antropológica do Espelho*. Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes.
- THOMPSON, J. B. (2008). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- WOODWARD, K. (2009). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

¹ Doutora em Extensão Rural (UFSM); Mestre em Comunicação (UFSM); professor adjunto do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria/RS/Brasil. jaque.kegler@gmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais (UFRRJ) e Pós-Doutor em Antropologia Social (Universidad de Sevilla); professor associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/RS/Brasil. jmarcos.froehlich@gmail.com.

³ O território dinamizado em processos de identificação em prol do desenvolvimento é tema da tese *Identidade Territorial e Miatização: os sentidos identitários acionados pelas festividades da Quarta Colônia/RS*, disponível na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e através do link:

http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4052.

⁴ De acordo com Hall (2000) a concepção do sujeito resulta de cinco rupturas nos discursos do conhecimento. A primeira refere-se ao trabalho de Marx a partir da afirmação: os “homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas” (Hall, 2000, p. 37), a qual foi relacionada com a impossibilidade de autoria da história dada aos sujeitos. A segunda deve-se à descoberta do inconsciente por Freud que considera que as identidades constituem-se a partir de “[...] processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma lógica muito diferente daquela da Razão, arrasa com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada” (Freud apud Hall, 2000, p. 36). A terceira refere-se ao trabalho de Ferdinand de Saussure, que considera a língua como um sistema social e não um sistema individual. A quarta descentração é promovida por Michel Foucault (1979) que destaca o “poder disciplinar”, o qual se preocupa com a regulação e a vigilância, ou seja, com o governo da espécie humana ou de populações e, paralelamente, do indivíduo e do corpo. O quinto descentramento é dado pelo “impacto do feminismo, tanto como crítica teórica quanto como um movimento social” (Hall, 2000, p. 43), que emergiu nos anos sessenta e teve relação direta com o descentramento do sujeito cartesiano e do sujeito sociológico, pois questionou a “clássica distinção [...] entre o privado e o público” e proporcionou novos enfoques para temas como família e sexualidade, considerando-os como assuntos de relevância social e política, por isso, também adequados para contestação.

⁵ O Iluminismo representa um “processo de afirmação da razão como base do conhecimento. No século XVIII, esse processo ganhou aspecto essencialmente crítico: a razão passou a ser usada para a compreensão do próprio indivíduo e de seu contexto social” (Arruda; Piletti, 2009, p. 302). Ainda, o projeto do Iluminismo ancorava-se na contrariedade ao absolutismo monárquico, à intolerância religiosa e aos privilégios dados à nobreza em detrimento dos direitos de igualdade e liberdade. Por isso, a alienação que Harvey (2010) referencia como necessária ao projeto do Iluminismo trata-se da opressão, que deveria ser suprimida pela sociedade.

⁶ A partir de Thompson (2008) temos que o termo “comunicação de massa” é uma expressão infeliz, visto que massa evoca uma audiência de milhares e “passivos” homogêneos. Neste sentido, quando usamos o termo referimos à disponibilidade e difusão generalizada e em grande escala dos produtos simbólicos e ao relativo à atuação de quem os recebe, “devemos abandonar a idéia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve a água” (Thompson, 2008, p. 31).

⁷ Na apropriação do sentido este pode ser modificado de acordo com o repertório cultural de quem se apropria.

⁸ Harvey denomina como compressão espaço-tempo os “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo e forçam a alterar o modo como representamos o mundo para nós mesmos” (2010, p. 219) e afirma que a história do capitalismo é caracterizada pela aceleração do ritmo de vida.

⁹ De acordo com Corrêa (2008) multimedialidade é a capacidade outorgada pelo suporte digital, de combinar na mesma mensagem os elementos: texto, som e imagem. A hipermedialidade é a capacidade de interconectar diversos textos digitais. E interatividade é a possibilidade do usuário de interagir com a informação disponibilizada no meio digital.

¹⁰ A identificação é o “processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultados de supostas similaridades” (Woodward, 2009, p. 18). Para a psicanálise, a identificação refere-se à fase de compreensão da criança como sujeito sexuado; já nos estudos culturais, o conceito é apropriado para analisar a “ativação de desejos inconscientes relativamente a pessoas e imagens” (Woodward, 2009, p. 18) promovidas pelos produtos midiáticos, como telenovelas e comerciais publicitários, que constituem o sistema de representação social.

¹¹ Claude Elwood Shannon era matemático, engenheiro elétrico e autor do trabalho *The Mathematical Theory of Communication*, e Warren Weaver, coordenador da pesquisa sobre máquinas de calcular no decorrer da Segunda Guerra Mundial (Mattelart; Mattelart, 2004).

¹² Em 1910 Andrei Markov começou pesquisas sobre a teoria das cadeias de símbolos na literatura que continuaram com os estudos de Ralph Hartley que propõe a primeira medida de informação associada à emissão de símbolos, o “ancestral do bit”, entre outros (Mattelart; Mattelart, 2004, p.59).

¹³ A proposta de Palo Alto manifesta-se na explicação de uma situação global de interação com base em conceitos e modelos da abordagem sistêmica, da lógica e da linguística, de forma que as interações se definiam também como trocas entre os subsistemas. A noção de comunicação se apresentava como processo social integrado por múltiplos modos de comportamento, sempre levando em consideração o contexto, ou seja, o ambiente social no qual ocorrem as interações.

¹⁴ A partir de Moraes Filho (1983) entendemos que Georg Simmel implantou as bases da microsociologia, pois considerava as formações sociais semelhantes à anatomia e como átomos da sociedade que fundamentam toda dureza e toda a elasticidade da vida social. Goffman (2001) referencia Simmel em sua tese de doutorado e considera as interações sociais como constituintes da teia da ordem social, pois se constituem a partir de regras institucionais, como a família, por exemplo.

R

y

P